

PROTAGONISMO FEMININO NO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE CANDIDATURAS FEMININAS AO CARGO DE GOVERNADORA

FEMALE PROTAGONISM IN RIO GRANDE DO NORTE: A CASE STUDY ON FEMALE CANDIDATES FOR THE POSITION OF GOVERNOR

Vanderlânia Ferreira¹

UERN: <https://orcid.org/0000-0001-6087-6555>

Cyntia Brasileiro²

UERN: <https://orcid.org/0000-0002-3397-0295>

Iáscara Alves³

UERN: <https://orcid.org/0009-0004-3143-1281>

DOI: [10.21680/1982-1662.2024v7n40ID35570](https://doi.org/10.21680/1982-1662.2024v7n40ID35570)

Resumo

Este trabalho analisa o cenário eleitoral brasileiro para a disputa ao cargo de governador nas eleições de 2018 e 2022 através do recorte de gênero. Diante de um panorama em que cada vez mais se tem discutido a importância das mulheres e a eficácia de suas gestões para o exercício democrático, lançou-se como questionamentos: Quantas mulheres lançaram candidatura ao cargo de governador nas eleições no período de 1998 a 2022? Quantas mulheres foram eleitas? Como se dá a participação feminina nas eleições majoritárias? E quais são as regiões que mais têm

¹ E-mail: vanderlaniafferreira@gmail.com

² E-mail: cyntiacarolina@uern.br

³ E-mail: iascaragislane@gmail.com

se destacado na efetiva candidatura de mulheres ao referido cargo? A abordagem metodológica baseou-se em dados quantitativos, ao buscar no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) os números das eleições nos anos supracitados; bem como dados qualitativos, ao direcionar a atenção a jornais, páginas oficiais e entrevistas para traçar o perfil da candidata eleita no RN. Como resultado, conseguimos visualizar que os dois estados que predominam na representação de mulheres como governadoras estão no Nordeste. No caso específico da eleição de Fátima Bezerra, a não existência de um capital familiar ressoa como alternativa aos cidadãos potiguares – mesmo com a dificuldade enfrentada por mulheres – para elegerem-se em cargos mais destacados da política institucional, pois, embora as cotas de gênero existam, elas são destinadas às candidaturas proporcionais, e nada é feito com relação às candidaturas majoritárias.

Palavras-chave: Eleições. Candidaturas femininas. Governadoras. Nordeste.

Abstract

This paper analyzes the Brazilian electoral scenario for the governor race in the 2018 and 2022 elections through a gender perspective. Faced with a scenario in which the importance of women and the effectiveness of their management for the exercise of democracy has been increasingly discussed, the following questions were raised: How many women ran for governor in the elections between 1998 and 2022? How many women were elected? How does female participation occur in majority elections? And which are the regions that stand out the most in terms of women applying for the aforementioned position? How did the victory of Fátima Bezerra (PT) in the RN happened when she competed against a member of one of the most expressive oligarchic families in the state in 2018? The methodological approach was based on quantitative data when searching the website of the Superior Electoral Court (TSE) for the numbers of the elections in the aforementioned years and on qualitative data when directing attention to newspapers, official pages and interviews to outline the

profile of the elected candidate. As a result, we were able to visualize that the two states that predominate in the representation of women as Governors are in the Northeast. In the specific case of the election of Fátima Bezerra, the non-existence of family capital resonates as an alternative to the citizens - even with the difficulty faced by women - to be elected in more prominent positions in institutional politics, because although gender quotas exist, they are intended for proportional candidacies, and nothing is done with regard to the majority candidacies.

Keywords: Elections. Female candidacies. Governors. Northeast.

Introdução

Este artigo⁴ objetiva analisar o cenário eleitoral brasileiro para a disputa ao cargo de governador nas eleições de 2018 e 2022, avaliando as regiões que mais se destacaram em números de candidaturas femininas e sua efetividade no número de vitórias. Em sequência, traça o perfil da candidata eleita na eleição de 2018 e reeleita em 2022 no Rio Grande do Norte; o qual será seguido de uma análise do RN como pioneiro na representação feminina. As questões norteadoras para o desenvolvimento da proposta são: quantas mulheres lançaram candidatura ao cargo de governador nas eleições ocorridas entre 1998 e 2022? Quantas mulheres foram eleitas? Como se dá a participação feminina nas eleições majoritárias? Quais são as regiões que mais têm se destacado na efetiva candidatura de mulheres ao referido cargo? Para responder tais questões, os objetivos da pesquisa buscam realizar um apanhado das candidaturas e eleições de mulheres ao longo dos anos, recortando a eleição de 1998 como uma variante importante ao nosso estudo, considerando que nela já vigorava a Lei de Cotas. Por conseguinte, problematizar como se realizam

⁴ Este trabalho é financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), concebido através do Edital nº 08/2023 - PPGCISH/FAFIC/UERN, bem como pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), concebido através do edital: Apoio a Projetos de Pesquisa - Chamada CNPq N° 69/2022 - Bolsas de Mestrado e Doutorado - PIBPG 2022. Agradecemos as instituições pelo apoio e investimento.

estas eleições para os cargos majoritários, as regiões e os partidos que mais se destacam na participação feminina.

Parte-se do pressuposto de que a representação de mulheres nas Câmaras Alta e Baixa dos governos ao longo dos anos – especialmente a partir de 1997, com a Lei de Cotas – ainda está muito abaixo do desejado, e que a disputa dessas mulheres a cargos do executivo demonstra que não se avança em efetivo. Pesquisadores (Grossi, Miguel, 2001; Sacchet, Speck, 2012) já discutem as ambivalências das cotas no Brasil. Por se enquadrarem enquanto voluntárias, sem sanções, e por revelarem, na prática, uma cultura ainda muito jovem nos princípios democráticos, as cotas são bastante questionadas em sua efetividade.

O panorama atual, de acordo com os dados da Inter-Parliamentary Union (IPU), aponta que o Brasil tem em seu parlamento o percentual de 17.54% de deputadas assumindo cargos, o que representa o quantitativo de 91 mulheres no universo de 513 assentos disponíveis. A sub-representação também se apresenta na Câmara Alta, onde apenas 15 das 81 cadeiras são assumidas por mulheres dentro do Senado, o que coloca o Brasil bem abaixo do percentual médio de 20% de representação de mulheres no parlamento em relação a dados globais.

A pesquisa direciona sua análise para a compreensão socioantropológica, contrapondo dados quantitativos, coletados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), referentes às eleições a dados qualitativos coletados através de jornais, páginas oficiais de candidatos e entrevistas gravadas. Justifica-se a composição de um banco de dados entre os anos de 1998 e 2022 para análise temporal dessa participação, ainda que o artigo se detenha ao perfil das candidatas nas duas últimas eleições. Pesquisar as candidatas que disputam o cargo de governadora aponta para chaves explicativas multifatoriais nas variáveis que compõem as possibilidades de vitórias, tais como: como elas se inscrevem e lutam dentro dos partidos; como as regras que organizam o executivo favorecem ou não às suas inserções nos espaços institucionais; e como a cultura e a conjuntura política regional podem ser decisivas para estas candidaturas. O tema em questão abrange o cenário da política brasileira pós-impeachment da primeira presidente mulher do Brasil e da polarização eleitoral que se instalou no país. Ter mulheres na política é potencializar agendas e práticas

para a entrada e permanência destas no legislativo.

O trabalho foi dividido da seguinte forma, além da presente introdução e das considerações finais: um tópico teórico que trata das relações de poder, ao considerar as estruturas interseccionais em espaços políticos; seguido de um tópico que trata da disputa eleitoral ao cargo de governadora estadual entre os anos de 1998 e 2022, se as cotas impactaram a presença de mulheres e as regiões que mais logram êxito nas candidaturas; em seguida recortamos o Estado do Rio Grande do Norte como objeto da análise, contextualizando a expressiva presença de grupos familiares nas passagens de governos e o caso isolado de Fátima Bezerra (PT) no RN, a única mulher, em todo país, a conseguir se eleger no referido cargo no ano de 2018. No último tópico, analisamos a eleição de 2022, atentando-nos a algumas minirreformas e observando de maneira preliminar o impacto delas na atual configuração de mulheres no legislativo estadual.

Relações de poder e estruturas interseccionais em espaços políticos

Pensar a composição das relações de poder no que tange ao ser feminino e ao ser masculino é jogar luz acerca das construções sociais impostas às representações dessas figuras. A vinculação da imagem masculina ao racional, enquanto a figura feminina é sistematicamente relacionada ao sentimental, acentua as desigualdades que caracterizam as relações, de forma que a figura feminina é posta em posições subalternas, de obediência, submissão e, principalmente, incapazes de ocupar posições de poder. Pois, “ser mulher é um status social e político que informa e deforma a maneira como somos (des)tratadas e vistas (ou invisibilizadas) na sociedade em que vivemos” (Cotta; Farage, 2021, p. 74).

No entanto, até a concepção de gênero ser compreendida como algo socialmente construído, as diferenças entre a ideia de homem/mulher limitavam-se – equivocadamente – a fatores biológicos. E foi a partir do sentido de gênero como construção social, localizado em práticas sociais, que a formulação passou a integrar os discursos feministas como um dos pilares do movimento (Oyěwùmí, 2021). Autoras como Butler (2003) passaram a alertar a crítica feminista, direcionando a compreensão de que “mulheres”, como categoria do ser feminino, podem não

somente produzir, mas reproduzir as mesmas estruturas de poder se utilizando dos intermédios dos quais buscam emancipação.

Atentemos para a falta de equidade que permeia os seres sociais, quando o homem branco e heterossexual é posto em posições de poder sem muitos esforços, seguidamente da mulher branca, que, mesmo estando abaixo do homem branco na hierarquia que constitui as relações de poder, ainda está acima de homens pretos e mulheres pretas, somente por ser branca. Certamente que a categorização em questão não se limita a essas quatro figuras, já que fatores sociais, como ser uma mulher preta, pobre, periférica, lésbica, acabam condicionando a ocupação de posições de constante invisibilidade, à medida que suas subjetividades são postas em risco. Afinal, conforme sinaliza Carvalho (2022),

O poder é ocupado por homens brancos heterossexuais, enquanto mulheres e outros grupos étnico-culturais são considerados não humanos e inferiores, nas relações hierárquicas. As relações de poder se caracterizam pela complexidade, sendo estabelecidas com a colonialidade entre mulheres brancas e mulheres de cor (Carvalho, 2022, p. 332).

Já na década de 1990 surge o termo que passaria a “desafiar corpos de conhecimento, teorias, epistemologias, metodologias e pedagogias existentes, em especial os que estavam relacionados à desigualdade social” (Collins; Bilge, 2020, p. 52), nos referimos à interseccionalidade, cujo viés é investigar “como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana” (Collins; Bilge, 2020, p. 16). Desse modo, as concepções que visam compreender as relações de poder abrem um leque de características a serem consideradas como fatores de análise, como: classe, nacionalidade, etnia, faixa etária, raça, etc.

Carvalho (2022) defende que é mediante a ideia de intersecção que se faz possível visualizar de forma mais abrangente as relações de poder, já que estas passam a não reduzir as interações e as práticas de opressão de forma limitada ao homem e à mulher. Nos espaços políticos, as oportunidades; a aceitação do eleitorado; bem como outros fatores determinantes, são influenciados por características que vão além da ideia de homem/mulher.

Na política, as mulheres tendem a ser, assim como em outros espaços sociais, menos ouvidas e respeitadas que os homens. Assim como as mulheres pretas, lésbicas e transexuais, que passam por tentativas constantes de desumanização, sendo covardemente acometidas de uma maneira que a violência jamais descaracterizaria qualquer homem. Pois “a noção de humanidade e a condição de ser humano são concebidas por meio de discursos e práticas institucionalizadas que se refletem em padrões normativos de comportamento e formas de exclusão” (Carvalho, 2022, p. 315). Ao defender a importância da interseccionalidade para os movimentos que visam a justiça social, Collins e Bilge (2020) relembram o assassinato político sofrido por Marielle Franco em 2018. Marielle, enquanto mulher preta, periférica e bissexual, passou a ser reconhecida como importante figura para a luta dos direitos das mulheres negras, da comunidade LGBTQ e dos jovens. Durante o seu mandato na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Marielle presidiu a Comissão de Defesa das Mulheres e condenou incisivamente atos de violência cometidos por policiais.

Não é incomum presenciarmos, através de jornais, redes sociais ou outros meios de informação, notícias de mulheres que ocupam posições em espaços políticos sendo agredidas verbalmente, moralmente, psicologicamente e fisicamente. De acordo com pesquisa feita pela ONU Mulheres, no Brasil, cerca de 82% das mulheres que habitam espaços políticos sofreram algum tipo de violência psicológica; 45% receberam ameaças; 25% sofreram violência física no espaço parlamentar; 20% sofreram assédio sexual; e 40% afirmam que a violência prejudicou sua agenda legislativa (Violência [...], 2020).

De acordo com Ana Carolina Querino, representante da ONU Mulheres Brasil, as violências que ocorrem nesses espaços afastam as mulheres da política. Parafraseando Querino, trata-se de uma violação básica de direitos humanos. “Quando a gente olha para a sociedade de um modo geral, o fato de as mulheres não se enxergarem em quem as representa constitui, em si, uma violência simbólica” (Violência [...], 2020), afirma Querino.

Portanto, considerar as relações de poder, as discussões de gênero e a falta de equidade entre os seres sociais nos permite um olhar crítico aos espaços sociais, principalmente os espaços de poder, numa conjuntura em que, historicamente,

espaços como o político foram massivamente direcionados, vinculados e criados para a ocupação masculina, conforme verificaremos nos próximos tópicos desta pesquisa.

Mulheres em cena: a disputa eleitoral para o cargo de governador no Brasil

Um desafio que se põe sobre as democracias, sejam elas novas ou consolidadas, é a garantia de que as mulheres estejam presentes, não apenas enquanto eleitoras, mas ocupando cargos em instâncias institucionais. Sacchet (2012) explica que a inclusão de grupos sociais nos processos políticos possui a capacidade de democratizar a agenda governamental, pois suas experiências contribuem para pautas diversificadas sobre certas questões, ao tempo que podem ter soluções distintas e talvez mais adequadas para essas questões.

Neste sentido, ao compreender o impacto desta atuação feminina, um passo decisivo foi dado na Conferência de Beijing em 1995⁵, encontro organizado pelas Nações Unidas com o intuito de discutir e promover ações que fortaleçam os direitos das mulheres. Em 2018, a ONU Mulheres lança um marco normativo acerca da Democracia Paritária, que passará a ser usado como referência pelos parlamentos nacionais com o intuito de garantir uma igualdade substantiva. A proposta se insere dentro de estratégias que visam:

- i. Promoção da democracia paritária por meio de ações afirmativas;
- ii. Integração da perspectiva de gênero nas políticas públicas e instituições;
- iii. Fortalecimento das lideranças das mulheres;
- iv. Compromisso dos partidos políticos com a igualdade substantiva entre homens e mulheres;
- v. Eliminação da discriminação e dos estereótipos sexistas, na mídia e nas tecnologias de informação e comunicação e o enfrentamento à violência política (ONU Mulheres, 2018, p. 11).

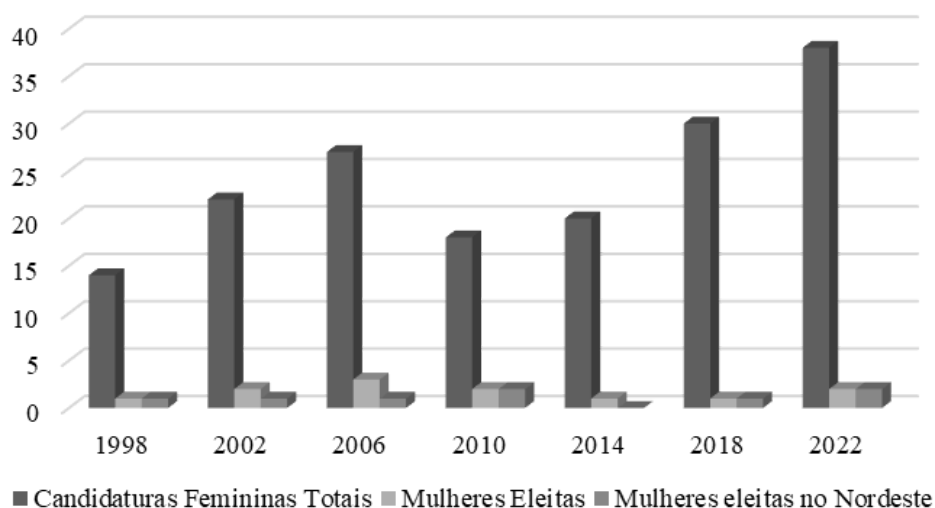
Mais do que uma discussão que fortaleça as cotas, as medidas são propositivas, considerando que há um problema estrutural, mais do que institucional, na alavancada da igualdade de mulheres em diversos setores. As cotas aparecem então como um elemento substantivo, mas que precisa, de fato, ser aprimoradas junto a

⁵ Conferência de Beijing em 1995. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em 12 mar. 2024.

outras estratégias de fortalecimento para a participação feminina.

Durante as eleições ao cargo do executivo estadual em 2014, tivemos uma composição de câmara com apenas uma mulher eleita ao cargo de governadora - em Roraima, a candidata Suely Campos (PP). O mesmo ocorre no ano de 2018: das 30 candidaturas femininas lançadas, apenas uma se efetiva no Nordeste, especificamente no Rio Grande do Norte (RN), a de Fátima Bezerra (PT), tornando o RN o Estado com maior efetividade num recorte de 1998 a 2022. Sua reeleição ocorreu em 2022, juntamente com a vitória de Raquel Lyra (PSDB), em Pernambuco. Vale destacar que, entre as duas governadoras, apenas Fátima foi eleita ainda no primeiro turno. A seguir (Gráfico 1) é possível ver esta representação, quando se trata dos cargos executivos estaduais, ao compararmos o quantitativo de candidaturas femininas no Brasil e a quantidade de mulheres eleitas, também adicionando o recorte regional do Nordeste.

Gráfico 1 - Quantitativo de candidatas e eleitas no Brasil e no Nordeste entre 1998 e 2022



Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (2024).

Durante o período destacado, foram realizadas 7 eleições, em um intervalo de 24 anos, nas quais as candidatas mulheres venceram apenas 12 vezes e tornaram-se governadoras entre os estados brasileiros, e destas, 8 estão na região Nordeste. A seguir (Tabela 1), podemos mapear estes números de maneira mais clara quando

fazemos o recorte por regiões do Brasil:

Tabela 1 - Quantitativo de mulheres eleitas para governadora por região e ano

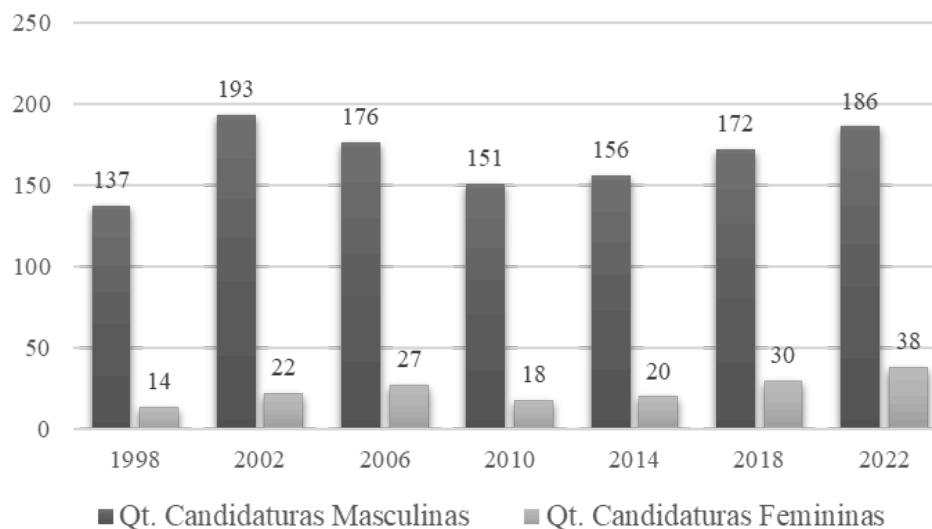
Regiões	1998	2002	2006	2010	2014	2018	2022
Nordeste	1	1	1	2	0	1	2
Norte	0	0	1	0	1	0	0
Sul	0	0	1	0	0	0	0
Sudeste	0	1	0	0	0	0	0
Centro-oeste	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (2024).

A cada ano foi identificada pelo menos uma eleita. Desde 1998 o Nordeste elege ao menos uma governadora, com exceção do pleito de 2014, onde a única mulher vitoriosa foi Suely Campos, em Roraima. Faz-se importante destacar, contudo, que apenas o Rio Grande do Norte e o Maranhão reelegeram suas governadoras, tendo este último elegido unicamente a filha do ex-Presidente da República José Sarney⁶ Roseana Sarney (MDB) nos anos de 1998, 2006 e 2010.

Quando realizamos um comparativo entre as candidaturas de homens e mulheres, vemos a discrepância mais acentuadamente, como demonstrado a seguir (Gráfico 2):

⁶ Biografia de José Sarney. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/biografia>. Acesso em 12 mar. 2024.

Gráfico 2 - Candidaturas para o cargo de governador entre 1998 e 2022

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (2024).

É possível vermos que os números de candidaturas masculinas são muito próximos todos os anos, nunca houve uma baixa considerável, ao contrário do que ocorre com as mulheres. Embora o quantitativo de cada ano seja próximo, podemos ver que em 1998 as mulheres figuravam em número ainda mais baixo, algo que se repete em 2010, após os números crescentes de 2006. No geral, as candidaturas para chefes de Estado são mais baixas do que as candidaturas para deputados ou prefeitos. Madeira, Oliveira e Centeno (2022) explicam que o grupo de candidatos ao governo é marcado pela seletividade, pois são, em sua maioria, políticos com experiências e longas carreiras, que, após se elegerem para determinados cargos, buscam a ascensão da carreira, sendo assim, o cargo de governador é entendido como um local cujo acesso se torna restrito no mundo político.

Além disso, é importante destacar também a participação dos partidos políticos no lançamento de candidaturas. Araújo (2005) afirma que o sistema partidário e o sistema eleitoral possuem uma ligação, afinal, é através do voto que a sociedade escolhe e legitima seu representante, enquanto utiliza o único canal que permite que veja e escolha um indivíduo: os partidos políticos. Com isso, é importante considerarmos as ações dos partidos no momento de escolha de candidatos para o

governo. A seguir (Tabela 2), vemos quais partidos mais indicaram mulheres entre 1998 e 2022.

Tabela 2 - Partidos que mais lançaram candidaturas de mulheres entre 1998 e 2022 para o cargo de governador no Brasil

Ano	Partidos	Quantitativo
1998	PRONA ⁷	3
2002	PSB	5
	PT	5
2006	PCO	7
2010	PCO	3
	PSOL	3
2014	PCO	3
	PSOL	3
	PSTU	3
2018	PSTU	6
	PSOL	6
2022	PSOL	8

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (2024).

Através da tabela, conseguimos identificar quais partidos são mais abertos a terem mulheres encabeçando suas chapas durante campanhas eleitorais. Também vemos que durante todos os anos os partidos que mais indicaram mulheres para os governos dos estados foram partidos no espectro de extrema-esquerda, esquerda, centro-esquerda⁸, com exceção do PRONA em 1998. Em Araújo (2005), vemos que a

⁷ Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) foi encerrado em 2006 e sucedido pelo Partido Liberal (PL).

⁸ Para essa pesquisa utilizamos a classificação estabelecida por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2023), portanto, entendemos que PSTU, PSOL e PCO figuram como partidos de extrema-esquerda, enquanto PT enquadra-se como esquerda e o PSB como centro-esquerda.

participação da mulher na política institucional é bem mais incentivada em partidos de esquerda.

A herança política entre as famílias do Rio Grande do Norte

Os dados coletados apontam que o Rio Grande do Norte é o Estado da região Nordeste onde um número maior de mulheres se elegeram governadoras desde 1998 (Wilma de Faria, Rosalba Ciarlini Rosado e Fátima Bezerra), seguido apenas pelo Estado do Maranhão, com três vitórias de Roseana Sarney, cuja família ocupa diversos lugares importantes na política local há quase meio século; não só cargos políticos, mas exercendo funções no poder judiciário e em empresas de comunicação. Seguindo esse perfil, teremos no Estado do Rio Grande do Norte o domínio político das famílias Maia, Faria, Rosado e Alves.

Através de um rebusco histórico no cargo do executivo no Rio Grande do Norte, é possível ver um pouco da trajetória e manutenção do poder de algumas de suas oligarquias, começando pelo ex-governador Juvenal Lamartine de Faria, que governou no ano de 1928 e era filho de Clementino Monteiro de Faria, que exerceu o cargo de deputado estadual de 1907-1909, enquanto filiado ao Partido Republicano Federal. Ele também é tio-avô de Wilma de Faria, que, além de governadora do RN, viria a se tornar integrante da família Maia ao casar-se com Lavoisier Maia (Peixoto, 2015).

A família Maia criou-se entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba, e hoje possui diversos membros por todo o país exercendo cargos na política brasileira. O primeiro integrante a governar o Estado do Rio Grande do Norte foi Tarcísio Maia (ARENA), médico e político que se elegeu em 1974, enquanto seu irmão, João Agripino Maia Filho, foi deputado e governador do Estado da Paraíba em 1966. A diferença entre João Agripino Maia Filho e seu irmão, é que, ao contrário de Tarcísio, que fora nomeado pelos militares para representar o governo do Rio Grande do Norte, João Agripino foi eleito (Carvalho, 2018).

Opostamente à família Maia, teremos a família Alves, que disputa há muitos anos o poderio no RN. Seu membro mais antigo é Aluízio Alves, que foi deputado federal em 1945. Embora graduado em Direito, ele se voltou ao ramo da comunicação, fundando a Tribuna do Norte, um dos mais famosos jornais da cidade de

Natal, e que pertence, até hoje, ao seu grupo familiar. Em 1960 foi eleito governador do Estado do Rio Grande do Norte. Sua filha, Ana Catarina Alves (MDB)⁹, foi eleita vereadora de Natal e deputada federal, e seu filho Henrique Alves (MDB)¹⁰ é ex-prefeito de Natal e também carrega consigo 11 mandatos consecutivos como deputado federal. Seu sobrinho, Garibaldi Alves Filho (MDB), filho do deputado Garibaldi Alves, elegeu-se governador em 1994, sendo reeleito em 1998 (Carvalho, 2018). Seu primo Carlos Eduardo Alves, embora tenha sido eleito três vezes prefeito de Natal, não conseguiu se eleger governador do Estado em nenhuma de suas tentativas.

Os Rosados, mais influentes na cidade de Mossoró, chegaram a essa cidade em 1890. Jerônimo Rosado, o patriarca da família, instantaneamente adentrou na vida e na política mossoroense. Jerônimo Dix-Sept Rosado, um de seus 21 filhos, elegeu-se como prefeito de Mossoró em 1948 e governador do Rio Grande do Norte em 1950. Cumpriu seu mandato como prefeito da cidade, mas antes que pudesse terminar como governante do Estado sofreu um acidente aéreo e faleceu. A morte prematura de Dix-Sept Rosado o marcou na história da cidade de Mossoró. Segundo Felipe (2001 *apud* Nóbrega, 2007) também foi Dix-Sept Rosado quem tentou organizar a sua família politicamente para que pudessem permanecer influentes na cidade, através de uma:

[...] equipe funcional’, uma divisão do trabalho político entre os irmãos, fortalecendo essa estrutura de base que é a família. Num primeiro momento, que é o definido por Dix-sept, Vingt Rosado (farmacêutico), que já era vereador e manteria a coordenação desse poder local (Vingt foi 2 vezes vereador [...]); Dix-huit Rosado (médico), que era deputado estadual, seria o parlamentar do grupo (Dix-huit foi deputado estadual - 1 mandato -, deputado federal - 2 mandatos -, senador - 1 mandato [...]). Vingt-Un (agrônomo), Dix-Neuf e Duodécimo compunham o sustentáculo financeiro do grupo, cuidando das empresas da família (gesso, sal e oficinas retificadoras de motores), mas Vingt-un exerceria também uma outra função, a de intelectual do grupo e homem ligado à educação que propõe, através dos livros publicados pela Coleção Mossoroense, ‘esculpir a história da cidade’ [...] (Felipe, 2001, p. 93 *apud* Nóbrega, 2007, p. 32).

⁹ Biografia de Ana Catarina Alves. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74248/biografia>. Acesso em 12 mar. 2024.

¹⁰ Biografia de Henrique Eduardo Alves. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74324/biografia>. Acesso em 12 mar. 2024.

A família Rosado seguiu o ideal promovido por Dix-Sept, e desde então estão presentes na política municipal de Mossoró.

Wilma de Faria¹¹ foi eleita governadora duas vezes (2002-2006 e 2006-2010), sendo a primeira mulher eleita para governar o Estado do Rio Grande do Norte, bem como a primeira mulher eleita à prefeitura de Natal; foi esposa de Lavoisier Maia, também governador do Estado. Wilma de Faria foi sucedida por Rosalba Ciarlini Rosado na eleição seguinte (2011-2014). Nas eleições de 2018, o cargo de governador foi disputado por uma das oligarquias mais fortes da região: houve não apenas a tentativa de reeleição de Robinson Faria (que governou entre 2014-2018), mas também a candidatura de Carlos Eduardo Alves, que possuiu o apoio de Rosalba Ciarlini e também teve o seu filho, Carlos Eduardo Ciarlini Rosado, como candidato a vice-governador. Apesar do apoio da ex-governadora e prefeita de Mossoró, bem como a significativa força de boa parte da população potiguar, Carlos Eduardo Alves foi apenas até o segundo turno.

Pesquisas como a de Monteiro e Junior (2019) sobre a presença de famílias na política e seu uso enquanto capital político para eleições apontam que o estudo das oligarquias no país ainda é um caminho para análise. É através deste costume oligárquico, ainda presente no Nordeste, que diversas elites permanecem no poder e saem vitoriosas após a corrida eleitoral, ou então apoiando algum candidato, que, na maioria das vezes, acaba se elegendendo.

É possível ver em todo o Nordeste, ainda que não seja uma exclusividade da região, a representatividade de famílias tradicionais na política local desde o momento que decidiram ficar não apenas no ramo empresarial. Portanto, fica claro como o Nordeste possui uma forte presença de elites locais construindo uma imagem social distorcida, mesmo nos dias de hoje, de uma região com dominação dos coronéis, de modo que se torna essencial, para entender as relações políticas e sociais da região, a compreensão, primeiramente, das relações de poder que essas famílias antigas criaram (Monteiro; Júnior, 2019).

¹¹ Verbete biográfico de Wilma Maria de Faria. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/vilma-maria-de-faria>. Acesso em 12 mar. 2024.

Vemos na história do RN que essas famílias oligárquicas se mantiveram e assumiram diversos cargos de poder e locais importantes para suas respectivas cidades, utilizando-se de inúmeras estratégias políticas para manter esse local privilegiado onde estão. Monteiro (2016) argumenta que o grupo familiar existe como uma criação social que é capaz de reproduzir estruturas existentes. Em uma sociedade capitalista, o fator importante é a ampliação do capital. Para o autor, em um grupo oligárquico, o capital político-familiar pode ser transformado em capital econômico, isto é, o capital político da família pode construir a base econômica dos mesmos, então é no espaço público onde a família tentará ampliar seu capital econômico. Diante disso, a política se torna também fonte de renda e sobrevivência para esses grupos. De acordo com suas trajetórias, vemos que a tradição familiar se mostra como uma importante ferramenta para a inserção dos membros dessas famílias na política, especialmente no que diz respeito às mulheres.

O capital familiar é importante também para os homens, afinal, para muitos, é a bagagem e a experiência imaginária, a confiança e, principalmente, a tradição, o que para muitos eleitores é o bastante para decidir o voto. Contudo, quando falamos de mulheres, nos referimos a um grupo socialmente excluído da arena pública, que teve seu direito político cerceado por anos. Lima e Cordão (2019) expõem que as oligarquias sempre representaram valores conservadores, mas que sua principal característica foi a permanência no poder, e para isso as mulheres foram envolvidas. Para as autoras, apenas quando os homens passaram a ser impedidos de se candidatarem é que as mulheres foram se tornando opção, pois, como dito, a característica mais importante de uma oligarquia é a permanência de seu nome. Para as mulheres, a família se torna um meio de inserção; para as famílias, as mulheres são um meio de continuidade.

A vitória de Fátima Bezerra em 2018

Fátima Bezerra foi a única mulher eleita governadora entre os 26 estados do Brasil e o Distrito Federal em 2018, com um total de 1.022.910 (57,60%) dos votos válidos, tornando-se assim a detentora do título de governadora mais votada na

história do Rio Grande do Norte. Fátima¹² é pedagoga, formada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e professora. Filiada ao Partido dos Trabalhadores desde 1981, enquanto professora, ela também foi vice-presidente e presidente da Associação dos Orientadores Educacionais, secretária-geral da Associação dos Professores, secretária-geral e presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

Exerceu seu último cargo no Sindicato em 1994 e no mesmo ano resolveu se candidatar para Deputada Estadual, sendo eleita com 8.347 votos e reeleita em 1998 com mais de 30 mil votos. A governadora também conquistou o cargo de deputada federal três vezes. Seu primeiro mandato foi em 2003, quando obteve a melhor votação do Estado, alcançando 161.875 votos. Em 2004, Fátima se tornou titular da Comissão Especial do Ano da Mulher, em 2005 foi escolhida como presidente da Comissão da Legislação Participativa e em 2006 entrou para a Comissão Permanente de Educação, Cultura e Desporto, neste mesmo ano Fátima foi ainda designada como segunda vice-presidente da comissão especial para a PEC que criaria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Fátima Bezerra também integrou a Comissão Especial¹³ que discutiu o Projeto de Lei 8035/10, a respeito do Plano Nacional de Educação (PNE), que seria responsável por determinar as diretrizes na educação brasileira até 2020 (Pinheiro, 2014).

A atual governadora tem sua campanha eleitoral pautada na educação, inclusive sendo uma das idealizadoras do piso nacional dos professores. Ainda na Câmara, Fátima Bezerra representou o Brasil na IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, em Beijing (1995), no Encontro Internacional em Solidariedade às Mulheres Cubanas, em Havana (1998), e também no I e II Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (2001 e 2002). Durante o período em que esteve na Câmara, Fátima se candidatou quatro vezes à prefeitura de Natal, não obtendo êxito em nenhuma delas. Seu último cargo antes de ser governadora do Estado do Rio Grande do Norte foi o de

¹² Biografia de Fátima Bezerra. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74037/biografia>. Acesso em 12 mar. 2024.

¹³ Verbetes biográfico de Fátima Bezerra. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bezerra-fatima>. Acesso em 12 mar. 2024.

senadora, em 2014, no qual foi eleita com 54,84% dos votos válidos.

Durante a campanha eleitoral, suas redes sociais foram usadas como modo de divulgação, em uma delas Fátima postou um vídeo no qual enfatiza sua longa trajetória na política, todos os cargos em que foi gestora e o que conseguiu fazer e trazer para o Estado. Um destes, disponibilizado no dia dos professores e narrado pelo médico e político Alexandre Motta, inicia-se com a seguinte introdução:

O Governador Aluizio Alves é pai do ex-deputado federal Henrique Alves, que é primo do Senador Garibaldi Alves que é irmão do Conselheiro do Tribunal de Contas Paulo Alves, que é tio do Deputado Federal Walter Alves, que é primo do Vereador Felipe Alves, que é sobrinho do ex-prefeito Agnelo Alves e que é pai do candidato Carlos Eduardo Alves. Ufa! A família Alves está no poder há 60 anos no Rio Grande do Norte e se você quer mudança, agora todo mundo é Fátima (Família [...], 2018).

Como já foi exposto, a família Alves é uma das oligarquias mais antigas e fortes do Rio Grande do Norte, tendo integrantes da família em diversos âmbitos governamentais há mais de uma década. É possível levantarmos a hipótese, dado o cenário do Rio Grande do Norte em 2018 e a crise financeira deixada pelo ex-governador Robinson Faria, se isso não foi, de alguma forma, uma vantagem para a candidatura de Fátima, que se tornou uma “nova opção” para os potiguares ao assumir essa imagem e responsabilizar-se pela mudança necessária, como é destacado em sua própria campanha eleitoral ao se diferenciar não apenas do seu rival, Carlos Eduardo Alves, mas de todos os políticos de sua família.

Fátima reforça durante toda sua campanha em 2018 seu distanciamento da política familiar local do RN. Junior e Aragão (2023), ao analisarem a entrevista dada pela governadora à Revista Marie Claire em 2021, também identificam a importância e o destaque dado a esse fato, mesmo após o fim das eleições, quando Fátima Bezerra já estava exercendo seu cargo. Segundo os autores, a governadora constrói um *ethé* de credibilidade:

pois ela destaca sua “origem popular”: alguém que teria alcançado a condição de governadora sem pertencer às oligarquias políticas do Estado, ressaltando o seu *ethos* de competência. Ao mesmo tempo, a governadora associa à sua imagem às classes mais populares, em que afirma um distanciamento de uns perfis oligárquicos, tradicionais e conservadores (Junior; Aragão, 2023, p. 10).

É preciso mais do que a vontade individual de iniciar uma carreira política, é necessário ter meios e recursos para tal, sejam eles materiais ou simbólicos. A existência do capital familiar, isto é, parentes que já possuem uma vida política consolidada, gera familiaridade. Em algumas famílias com raízes políticas antigas e consolidadas, passa a ser normal a indução de parentes próximos a iniciarem uma carreira neste campo. Essa familiaridade torna-se um capital, pois fornece àquele indivíduo conhecimentos sobre um campo e uma marca – seu sobrenome – que carrega peso (Miguel; Marques; Machado, 2015).

Fátima não é a primeira governadora mulher que o Estado do Rio Grande do Norte já elegeu, contudo, é a primeira que podemos destacar não ter surgido com um considerável capital familiar, como Wilma de Faria e Rosalba Ciarlini Rosado. A obra *O Poder Simbólico*, de Pierre Bourdieu, nos traz diversos tipos de capitais sociais trabalhados e conceituados pelo autor, mas o que trabalharemos neste artigo é o capital pessoal de notoriedade, que é:

firmado no fato de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um nome, uma reputação, etc.) e também no fato de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição da aquisição e da conservação de uma boa reputação – é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência. Enquanto este capital pessoal de notável é produto de uma acumulação lenta e contínua, a qual leva em geral toda uma vida, [...] (Bourdieu, 1989, p. 190-191).

Fátima Bezerra não obteve o capital familiar tão comum para muitos dos políticos do Nordeste, mas ainda conseguiu construir sua carreira política. Sua vida política foi construída – como é conceituado na obra de Bourdieu – em cima de qualificações específicas, capital cultural e em ser notada e reconhecida na sua própria pessoa, isto é, em seu capital de notoriedade. Ao contrário de políticos que usufruem do capital familiar, Fátima não teria como conseguir o tipo de apoio e simpatia dados aos filhos, sobrinhos, genros, noras ou netos de políticos consolidados há anos em regiões do Brasil. Desde sua graduação em Pedagogia e sua filiação ao Partido dos Trabalhadores em 1981, Fátima está no meio político, inicialmente

fazendo parte da secretaria de associações que visavam os profissionais da educação e após, dentro da câmara, no seu primeiro cargo público, como deputada estadual em 1994, o qual levou pouco mais de uma década para que pudesse obter.

Numa análise conjuntural, Fátima Bezerra escolheu um lado na corrida presidencial do mesmo ano de sua primeira vitória, apoiando a decisão final de seu partido em ter como candidato à presidência Fernando Haddad (PT) e revelando seu desagrado ao atual cenário brasileiro na política.

Você tem projeto hoje instalado aí a nível nacional, projeto extremamente conservador, ultradireita, projeto que resgata inclusive a carteira, a cartilha ultraneoliberal com toda a fúria, é o incentivo ao racismo, ao machismo, é intolerância. Valores que nós não podemos de maneira nenhuma cultivar, muito pelo contrário, muito pelo contrário. É evidente que tem um outro aspecto que nós temos que levar em consideração que é a prisão injusta do presidente Lula, e aí eu falo sobre isso não apenas, não é porque sou do PT, não apenas pelo imenso carinho que tenho pelo presidente Lula, eu falo no ponto de vista de que a sociedade cada vez mais tem que abrir os olhos por que defender a liberdade do Lula é defender o resgate da Democracia (Rede TVT, 2019).

Quando se trata da eleição presidencial, Fernando Haddad (PT) e Jair Bolsonaro (PL) foram ao segundo turno no dia 28 de outubro de 2018, com a vitória do candidato de direita, Jair Bolsonaro, contabilizando um total de 57.797.847 votos. Durante toda sua campanha eleitoral, o então presidente Bolsonaro enfatizou o seu desagrado com o Partido dos Trabalhadores, passando a criticar e a romper com muitos ideais defendidos por Fátima e até mesmo suas estratégias eleitorais. Um dos carros-chefes da campanha do ex-presidente eram o antipetismo e a divulgação dos inquéritos contra seu adversário político. Contudo, já na campanha de Fátima, a figura do ex-presidente Lula foi importante, sendo colocado ao seu lado e ao de Fernando Haddad até mesmo nos “santinhos” distribuídos pelas cidades do Rio Grande do Norte para divulgação de suas propostas e também em suas propagandas eleitorais de televisão, nas quais a governadora aparece ao lado do ex-presidente tanto em 1980, quando filiou-se ao Partido dos Trabalhadores, quanto mais recentemente, durante as caravanas e campanhas que Lula fez pelo Rio Grande do Norte antes de sua prisão (Fátima Bezerra, 2018).

Fátima Bezerra utilizou suas redes sociais não apenas para divulgar sua campanha, mas também para tentar controlar *fake news*¹⁴ que surgiam durante a mesma. Em agosto de 2018, o *Facebook* foi condenado pela Justiça a tirar do ar *fake news* que distorciam propostas apresentadas pela candidata ao governo do Estado em uma reunião da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte (FIERN). Quase toda a campanha eleitoral da governadora foi baseada na criação dessa linha invisível que a distanciava da família Alves e que a transformava no “diferente” em comparação a eles, algo que não se repetiu durante a campanha de 2022; talvez porque, a essa altura, seu capital no Estado já estava fortalecido.

Assim como em 2018, em 1998 e 2014, apenas uma mulher se elegeu para o governo em cada ano, Roseana Sarney (MDB/MA) e Suely Campos (PP/RR), respectivamente. Sendo assim, o fato de apenas uma mulher comandar um dos 27 governos estaduais do Brasil não se torna uma novidade, mesmo que siga aparecendo de maneira rara. O que diferencia essas eleições, mesmo ao olharmos a nível nacional, é que Fátima Bezerra se distingue quanto a forma que chega ao poder, pois tanto Roseana Sarney quanto Suely Campos adentram a política institucional através de capital familiar. Roseana, membro da família Sarney, e Suely, esposa de Neudo Campos, que além de deputado federal e senador, também foi governador de Roraima em 1994 e 1998

Quando falamos de representação feminina, a região nordestina se destaca, especialmente no RN, com diversas prefeitas espalhadas pelo estado e suas três governadoras. Com isso, enxergamos o pioneirismo e, principalmente, o capital de notoriedade construído por Fátima ao adentrar e vencer em locais predominantemente oligárquicos.

Eleições 2022

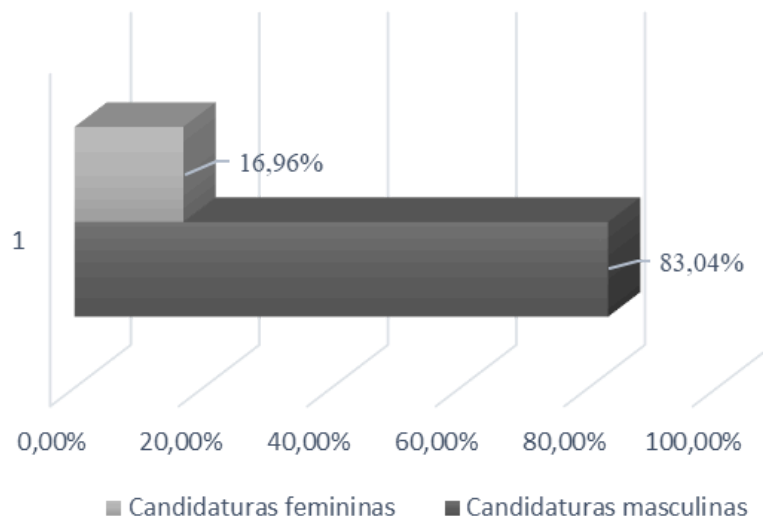
Desde 1998, em todo território nacional, tivemos 169 candidaturas femininas para o cargo do executivo estadual, mas apenas 9 mulheres conseguiram de fato se eleger. É inegável que as cotas cumpriram o papel de incentivar mais candidaturas,

¹⁴ *Fake news* são notícias distribuídas por meios físicos ou virtuais e consistem na divulgação deliberada e proposital de desinformação.

pois existe um aumento contínuo entre a eleição de 1998, com 14 candidaturas femininas para o governo do Estado, em comparação com o ano de 2022, onde houveram 38 mulheres. É importante destacar que, embora as cotas sejam exclusivamente para eleições proporcionais, as outras ações criadas junto a elas implicam nas eleições majoritárias, como o incentivo à participação feminina através de ações organizadas pelo TSE e o Fundo Eleitoral, que nas últimas duas eleições destinou exclusivamente 30% dos recursos financeiros a candidaturas femininas de cada partido. De toda forma, a efetividade não se configura da mesma maneira. Bolognesi (2012) vê as cotas de gênero estabelecidas no Brasil como uma política pública e engenharia eleitoral ao mesmo tempo, pois exercem o objetivo de aumentar a participação da mulher enquanto criam mecanismos que realizam a manutenção do problema, como a falta de penalização aos partidos que não cumprem as cotas, portanto:

[...] mesmo entendendo que a política de cotas seja uma política pública redistributiva, ela ocorre no seio de uma instituição historicamente consociável - o partido político - e tem seus reflexos absorvidos por outra instituição de mesma natureza - o poder Legislativo. Ou seja, a mudança institucional que tinha em vista a adoção de cotas acaba por tendo esse caráter de manutenção do jogo político criando aqui um ótimo de Pareto (Bolognesi, 2012, p. 127).

Outra forma de realizar a manutenção do jogo político, mas dessa vez com a lista majoritária e as mulheres incluídas nela, é a recusa dos partidos políticos a ter mulheres encabeçando chapas para instâncias decisórias do poder público. A seguir (Gráfico 3), mostramos especificamente a diferença de candidaturas nas eleições de 2022 para o governo entre homens e mulheres:

Gráfico 3 - Candidaturas de homens e mulheres para o cargo de governador em 2022 no Brasil

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (2024).

Das candidaturas ao governo estadual, 83,04% eram masculinas e 16,96% de mulheres. Números que diminuem ainda mais quando realizado o recorte de raça. Destes, apenas 26,32% e 23,68% são mulheres autodeclaradas pardas e pretas, respectivamente. Neste cenário, das duas eleitas apenas uma, Fátima Bezerra, é autodeclarada como parda junto aos dados do Tribunal Superior Eleitoral. Embora as mulheres negras correspondam a uma grande parte da população brasileira, esse número não é proporcional à sua presença na vida pública. Não é possível relacionar a baixa representatividade a uma falta de organização dos movimentos feministas negros, pois as mulheres negras se encontram presentes em diversas organizações sociais, especialmente nos movimentos de base por todo país. Contudo, mesmo integralizando estes espaços, a sua presença dentro dos locais de tomada de decisão continua extremamente baixa, o que afasta essas mulheres da política institucional (Ribeiro; Cirino, 2018).

Como é visto na Tabela 2, partidos de direita parecem ter uma certa relutância em colocar mulheres para encabeçar suas chapas, algo que não se vê nos partidos de à esquerda, que desde 2002 lideram com mais mulheres indicadas ao cargo de governadoras. No entanto, mesmo liderando entre os partidos que mais lançam

mulheres, partidos como o PCO e o PSOL nunca conseguiram uma vitória. Ao contrário, analisando os partidos políticos das mulheres eleitas, percebemos que, entre as 9 governadoras do Brasil nos anos recortados, 7 foram de partidos à direita (MDB, PSDB, PP, UNIÃO e AVANTE) e apenas 2, Fátima Bezerra e Ana Julia Carepá, pertencem a um partido de esquerda (PT).

No entanto, o número de mulheres cresce quando falamos sobre vice-governadoras, como podemos visualizar a seguir (Tabela 3):

Tabela 3 - Candidaturas femininas e masculinas como vice-governadores e a formação da chapa em que estão inseridos no Brasil em 2022

Mulheres como vice-governadoras	94
Mulheres em chapas femininas	11
Homens como vice-governadores	147
Homens em chapas femininas	23

Fonte: Elaboração das autoras com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (2024).

Existe um número maior de mulheres completando as chapas como vice-governadoras do que se candidatando ao cargo de governadoras – foram 94 mulheres como vice e 38 como governadoras; quando comparamos, percebemos que não é o caso dos homens. Houveram 147 candidaturas de homens como vice, porém o número de candidaturas masculinas ao cargo principal ainda foi maior. Outro dado marcante é que de 97 candidaturas de vice-governadoras, apenas 11 fazem parte de chapas femininas. Isto é, apenas 11 mulheres são vice de outras mulheres, enquanto 83, mais que o dobro das mulheres no pleito para governadoras, uniram suas candidaturas a de outros homens. Fenômeno que novamente não se repete quando tratado nas

candidaturas masculinas: dos 147 homens, apenas 23 participaram de chapas que tentaram eleger mulheres para o cargo.

Diante disso, Silva (2019) enxerga a posição de vice como uma posição de coadjuvante, que fortalece o estereótipo de gênero hegemônico de que as mulheres são auxiliares enquanto homens são governantes. Para a autora, os homens ocupam naturalmente a cabeça das chapas majoritárias através de uma dicotomia público-privado e da divisão sexual e racial do trabalho. Os homens são vistos como os mais aptos para a vida política, pois aquele é o seu local, ao contrário da mulher, pois a política não é vista como um “espaço feminino” e “natural” para ela. Contudo:

já que aí estão, podem figurar na condição de vices, pois, na ausência de algum homem que traga maiores benefícios eleitorais, elas podem preencher os requisitos do cargo, visto que, historicamente, desempenham, com certo êxito, as tarefas de auxílio, de suporte e de eventual substituição do titular do direito (Silva, 2019, p. 96-97).

Não podemos afirmar que as mulheres que se candidatam como vice-governadoras queriam se candidatar como governadoras de fato. Entretanto, a criação de chapas nos leva de volta aos partidos políticos, que decidem como conduzir aquela eleição dentro de sua própria organização, posto que são eles a instituição central para a efetivação ou não de uma maior representatividade feminina na política.

Em 2022, Fátima Bezerra não era a única representação das mulheres na chefia do executivo estadual. Junto a ela, Raquel Lyra (PSDB) também se elegeu como governadora de Pernambuco, reforçando, mais uma vez, o protagonismo regional sobre a participação feminina quando vemos que as duas únicas governadoras do Brasil estão no Nordeste. No RN, ao contrário de 2018, Fátima venceu ainda no primeiro turno contra Fábio Dantas (Solidariedade) e Capitão Styvenson (Podemos). Ela também se tornou novamente a governadora mais votada na história do Estado, superando a si mesma no pleito de 2018. Já em Pernambuco, Marília Arraes (Solidariedade) recebe mais votos que Raquel Lyra, indo para o segundo turno, onde Raquel vence por quase 1 milhão de votos a mais. Ao contrário da eleição de 2018 no RN, onde Fátima enfrentou uma das oligarquias do Estado, em Pernambuco, ambas as mulheres que se enfrentaram fazem parte de grupos políticos importantes da sociedade pernambucana.

Considerações finais

Diante do que foi exposto, é possível identificar o pioneirismo e protagonismo da região Nordeste no tocante à representação feminina na política. Ainda que em números baixos, a região sai na frente quando comparada a outros locais do Brasil. O Rio Grande do Norte e o Maranhão são os únicos estados do país que reelegeram mulheres governadoras, e em alguns anos específicos os únicos a elegerem mulheres. O RN já teve três governadoras, e duas delas tiveram mais de um mandato, assim como Roseana Sarney no Maranhão. É impossível ignorar a influência e herança familiar no caso de quatro das cinco únicas mulheres eleitas na região. O capital familiar se mostra importante tanto para homens quanto para mulheres, pois passa a ser utilizado como uma ferramenta para impulsionar a carreira política, contudo, foi identificado que, mesmo sendo utilizado por homens, esse é apenas mais um dos acessórios eleitorais que podem ser usados por eles, enquanto para mulheres, a família é o atalho mais rápido e evidente (Miguel; Marques; Machado, 2015).

A forte presença do capital familiar dá ainda mais significado à vitória da candidata Fátima Bezerra no ano de 2018, não apenas porque ela foi a única mulher eleita em meio a 26 unidades federativas e um Distrito Federal, em uma eleição pós-impeachment da primeira presidenta do país e do início do declínio do Partido dos Trabalhadores antes da reeleição do presidente Lula em 2022, mas também porque sua vitória no segundo turno em cima de Carlos Eduardo Alves quebra um ciclo no qual integrantes dessas consolidadas oligarquias se elegem ou elegiam um candidato que havia sido indicado e apoiado publicamente por eles mesmos, nunca perdendo totalmente o controle sobre o RN.

A utilização do capital familiar é indício de “atraso” político e de uma democracia prematura, pois a capacidade de famílias monopolizarem cargos gera um comportamento oligárquico, reduz a pluralidade de posições sociais e impede que a sociedade civil gere um fluxo de novas lideranças (Miguel; Marques; Machado, 2015). A vitória de Fátima Bezerra, em ambos os anos, é exatamente a exceção desse conceito. Fátima se utiliza de seu capital social de notoriedade construído através de sua longa jornada militante e de cargos dentro da política formal para formar seu espaço na vida pública, desafiando a permanência estática das heranças políticas e

saindo vitoriosa. Mesmo não sendo mais a única representante feminina entre os governantes estaduais após a eleição de 2022, ela ainda é a única que não utilizou essa “porta lateral” ao ingressar na política. Junto a Fátima Bezerra, apenas mais duas governadoras brasileiras se caracterizam da mesma forma¹⁵.

No que tange às eleições majoritárias, é possível vermos que ainda existe uma certa relutância em criar chapas onde a principal detentora de poder seja uma mulher. As cotas eleitorais criam mecanismos para incentivar a entrada de mulheres nas eleições proporcionais, mesmo que sua eficácia não acompanhe o número crescente de mulheres que se candidatam. No entanto, nada é feito no que diz respeito a cargos como o de governador, e os homens continuam ocupando a frente, se candidatando em maior número e, conseqüentemente, assumindo a maior parte do poder. Como conceitua Bolognesi (2012), os partidos políticos são instituições historicamente consociáveis e, como qualquer instituição existente, estão sujeitos a ações patriarcais. Silva (2019) expõe como “patriarcado partidário e sexismo político” e afirma que isso acaba estabelecendo até onde as mulheres vão poder avançar dentro dessas instituições políticas. Diante disso, torna-se pertinente pesquisas que se voltem aos partidos políticos e até onde eles estão dispostos a lançarem candidaturas femininas de forma plena.

As mulheres também precisam estar à frente de cargos de poder, sejam eles estaduais, municipais ou federais, pois a presença feminina nestes locais de tomada de decisão pode contribuir para evidenciar perspectivas diferentes, trazer para o debate novos problemas e maneiras divergentes, talvez até melhores, para resolvê-los, e ainda mais importante: auxiliando na construção de uma democracia plena, que só será possível através da participação total de mulheres na política.

¹⁵ Ana Julia Carepa (PT), a primeira governadora mulher do Estado do Pará em 2006, e Yeda Crusius (PSDB), a primeira governadora mulher do Estado do Rio Grande do Sul. Perfil das governadoras disponíveis em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/3363>; <https://www.camara.leg.br/deputados/73992/biografia>. Acesso em 12 mar. 2024.

Referências

- ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. *Revista de Sociologia e Política*, n. 24, p. 193-215, jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/tGtdSWCqjLRJX4cSsLDHfdB/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 06 jan. 2024.
- BOLOGNESI, Bruno. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? *Revista Paraná Eleitoral*, v. 1, n. 2, p. 113-129, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7306>. Acesso em: 29 ago. 2024.
- BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano. Uma Nova Classificação Ideológica dos Partido Políticos Brasileiros. *DADOS*, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, p. 1-31, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/zzyM3gzHD4P45WWdytXjZWg/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 17 ago. 2024.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Guilherme Paiva de. Pensamentos pós-colonial, gênero e poder em Maria Lugones: multiplicidade ontológica e multiculturalismo. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 45, p. 311-338, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/JD3FKcqRTs6KzDnPwFR6sFm/>. Acesso em: 29 ago. 2024.
- CARVALHO, Robson Vasconcelos. *Família e Política no RN: Alves, Maia e o suporte do Senado*. 2018. 226f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- COTTA, Mayara; FARAGE, Thais. *Mulher, roupa, trabalho: como se veste a desigualdade de gênero*. São Paulo: Paralela, 2021.
- FAMÍLIA Alves está no poder há 60 anos, critica programa de Fátima Bezerra na TV. *Agora RN*, Rio Grande do Norte, 16 out. 2018. Disponível em: <https://agorarn.com.br/politica/familia-alves-esta-no-poder-ha-60-anos-critica-programa-de-fatima/>. Acesso em: 17 jul. 2024.
- FÁTIMA BEZERRA. *Fátima Governadora 13 - CLIPE*. Youtube, 2 set. 2018. 1 vídeo (1min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=e1uzcTQHJX0&ab_channel=F%C3%A1timaBezerra. Acesso em: 16 ago. 2024.
- GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, SÔNIA. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, p. 167-206, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100010>. Acesso em: 29 ago. 2024.
- LIMA, Elizabeth Christina de Andrade; CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa. As Oligarquias Políticas da Paraíba e o Ingresso das Mulheres nos Espaços de Poder - O caso da Senadora Daniella Ribeiro. *Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR*, v. 5, n. 2, p. 66- 83, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/70865>. Acesso em: 29 ago. 2024.

JUNIOR, Adriano Menino Macedo; ARAGÃO, Verônica Palmira Salme. O ETHOS DA GOVERNADORA FÁTIMA BEZERRA: UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS EM DUAS DIFERENTES MÁQUINAS MIDIÁTICAS. *Revista Feminismos*, v. 11, n. 1, 2023. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/52522>. Acesso em: 06 jan. 2024.

MADEIRA, Rafael Machado; OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte de; CENTENO, Alison Ribeiro. Sob a superfície do sistema partidário: carreiras políticas e eleições majoritárias. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. e249100, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.39.249100>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados*, v. 58, p. 721-747, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/00115258201557>. Acesso em: 29 ago. 2024.

MONTEIRO, José Marciano. *A política como negócio de família: os herdeiros e a força dos capitais no jogo político das elites da Paraíba (1985-2015)*. 290 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Centro de Humanidades. Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande - PB, Brasil, 2016.

MONTEIRO, José Marciano; JÚNIOR, Ednailson Moraes. A representação de quem? partidos e oligarquias no Nordeste. *Revista NEP*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 5-24, dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/70862>. Acesso em: 06 jan. 2024.

NÓBREGA, Alessandro Teixeira. *A coleção mossoroense e a construção dos mitos: Dix-Sept Rosado, o herói imolado*. 2007. 94 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

ONU Mulheres. **MARCO NORMATIVO PARA CONSOLIDAR A DEMOCRACIA PARITÁRIA**. Disponível em:

https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Marco-Normativo-De-mocracia-Paritaria_FINAL.pdf. Acesso em: 17 jul. 2024.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónkẹ. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PEIXOTO, Renato Amado. LAMARTINE, Juvenal. In: ABREU, Alzira Alves de. (Coord.) *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2015.

RIBEIRO, Paula Fernanda. CIRINO, Samia Moda. Análise crítica das cotas eleitorais de gênero para o alcance da paridade participativa de mulheres negras na política institucional. *V Simpósio Gênero e Políticas Públicas*, Londrina, n. 1, v. 5, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/SGPP.2018v5.p673>. Acesso em: 29 ago. 2024.

REDE TVT. *Fátima Bezerra no Brasil de Fato Entrevista*. YouTube, 1 nov. 2019. 1 vídeo (25min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AJk_Ad0Sc-g&ab_channel=RedeTVT. Acesso em 14 ago. 2024.

ROSALBA Ciarlini e PP confirmam apoio e indicam vice de Carlos Eduardo. *Tribuna do Norte*, Natal, 19 jul. 2018. Disponível em: <https://tribunadonorte.com.br/politica/rosalba-ciarlini-e-pp-confirmam-apoio-e-indicam-vice-de-carlos-eduardo/>. Acesso em: 17 jul. 2024.

- SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200004>. Acesso em: 29 ago. 2024.
- SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opin. Publica*, Campinas, v. 18, n. 1, p. 177-197, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641406>. Acesso em: 29 ago. 2024.
- SILVA, Salete Maria da. Eleições 2018: o lugar das mulheres nas chapas majoritárias. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 4, n. 4, p. 90-122, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/29349>. Acesso em: 06 jan. 2024.
- VIOLÊNCIA na política afasta as mulheres, diz especialistas. *Agência Câmara Notícias*, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/693968-violencia-na-politica-afasta-%20as-mulheres-diz-especialista/>. Acesso em: 05 jan. 2024.

Recebido: 12 mar 2024
Aceito: 26 ago 2024